

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: (RE)SIGNIFICAR À PRÁTICA DOCENTE

Natália Fernanda Isidro da Silva ¹
Monick Lays Adelino de Lima Moura ²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender a necessidade da formação docente no contexto da inclusão em meio à crescente demanda de alunos com necessidades educacionais específicas nas instituições de ensino. E como a lacuna na formação docente pode ser considerada um obstáculo no processo de inclusão do educando. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, incluindo materiais já publicados acerca da temática do presente estudo, embasando-se por meio de uma revisão de narrativa com buscas em sites como: Associação Nacional de Pós – Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), (*Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Google Acadêmico. Além da análise desses documentos foi realizada uma pesquisa documental, com fundamentação nos documentos oficiais referentes às políticas públicas educacionais na área inclusiva e formação continuada dos docentes da Educação Básica. Foram consultados documentos, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), Plano Nacional de Educação (2014), Lei Brasileira de Inclusão (2015), Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação continuada de Professores da Educação Básica (2020). Para a coleta dos dados foi aplicado um questionário *on-line* semiestruturado com a turma da especialização em Educação Inclusiva com Ênfase em AEE, da UNIFIP. Tais procedimentos pretendem buscar contribuições para melhor refletir à respeito da necessidade de ressignificar à prática docente no contexto da Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Formação Continuada, Educação Inclusiva, Docência.

INTRODUÇÃO

A inclusão tem sido um fenômeno presente na sociedade contemporânea que surgiu com o objetivo de mudar toda a idealização de uma sociedade homogênea. O tema inclusão tem sido um fator que muito vem sendo discutido nos mais diferentes âmbitos da sociedade, sejam eles sociais, educacionais, culturais, políticos e religiosos. A inclusão é um movimento que surge com o intuito de que todos estejam juntos participando e aprendendo uns com os outros.

Foram anos de práticas excludentes até chegar à inclusão, nesse paradigma os sistemas de ensino são os responsáveis pelo processo de desenvolvimento dos educandos com

¹ Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual (UEPB), Pós – Graduada em Educação Inclusiva com Ênfase em Atendimento Educacional Especializado (UNIFIP), nfernanda427@gmail.com;

² Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual (UEPB), Graduada em Letras LIBRAS (UEPB), e Pós – Graduada em Educação Infantil: anos iniciais e Psicopedagogia (FAVENI) monicklays44@gmail.com;

necessidades educativas específicas. O paradigma da educação inclusiva surge com o objetivo de assegurar o acesso e a permanência a todos os alunos para que todos possam participar das oportunidades educacionais e sociais, enfatizando que às escolas precisam mudar para que o direito desses indivíduos sejam assegurados. (Mantoan, 2015).

A educação Inclusiva surge neste movimento como um paradigma educacional que muito manifestou-se no cenário político com apontamentos de mudanças nas raízes da escola. Atualmente a escola precisa de uma reestruturação paradigmática que parte do interior da escola pelo fato de que, ela é um meio de formação do indivíduo para sua atuação na sociedade, de maneira autônoma, crítica e reflexiva.

Por essa razão, a inclusão é fortemente refletida no âmbito educacional, as instituições de ensino devem possibilitar meios que todos os indivíduos desenvolvam-se no seu processo de ensino-aprendizagem. E a formação de professores é um meio que facilitador para que a efetivação desse processo aconteça. A formação dos professores é uma área estratégica de intervenção, para que à educação possa alcançar seus objetivos.

Neste ínterim, podemos pontuar que a formação dos professores em uma perspectiva da educação inclusiva têm apresentado lacunas, é um desafio que muito é debatido no âmbito acadêmico e nos segmentos envolvidos com a educação inclusiva. À inclusão é um movimento que tem ganhado espaço na contemporaneidade e para que a inclusão escolar aconteça tem que começar pela formação dos professores no contexto da inclusão. Entretanto o questionamento basilar que buscaremos responder durante este trabalho é o seguinte: Qual à necessidade de uma formação docente no contexto da inclusão?

METODOLOGIA

A trajetória metodológica da pesquisa configura-se por meio de uma abordagem descritiva e exploratória, partindo de levantamentos bibliográficos baseando-se em materiais publicados acerca da temática. (Prodanov; Freitas, 2013). Fundamentando-se em uma revisão narrativa, onde foram realizadas buscas em sites como: Associação Nacional de Pós – Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), (*Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Google Acadêmico.

Também foi realizada uma pesquisa documental, com fundamentação nos documentos oficiais referentes às políticas públicas educacionais na área da educação inclusiva e formação continuada dos docentes da Educação Básica. Foram consultados documentos, tais como: a Lei

de Diretrizes e Bases da Educação (1996), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), Plano Nacional de Educação (2014), Lei Brasileira de Inclusão (2015), Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação continuada de Professores da Educação Básica (2020).

Ademais, para coleta de dados deste trabalho, objetivando obter informações da realidade da temática proposta. (Prodanov; Freitas, 2013). Foi realizada uma pesquisa de campo com o objetivo de buscar informações acerca do problema e como técnica metodológica realizou-se levantamentos por meio de um formulário online com um questionário semiestruturado.

REFERENCIAL TEÓRICO - ASPECTOS HISTÓRICOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Ao falarmos de inclusão escolar, torna-se imprescindível realizar um resgate histórico de como surgiu essa necessidade de inclusão. Ao longo da história da humanidade, os aspectos históricos são baseados em princípios culturais, religiosos, sociais e econômicos e, cada momento histórico, é analisado partindo das concepções de que se tinha desses princípios naquele dado momento. Contudo, é relevante destacar que para se entender a inclusão escolar nos dias atuais, faz-se necessário contextualizar os primórdios da história.

Na Grécia, especificamente na cidade de Esparta, existia um ideal de perfeição humana. Assim, os aspectos físicos do corpo eram enaltecidos, corpos robustos e fisicamente perfeitos tinham grande importância na cidade de Esparta, visto que, como era uma cidade de guerra, existia uma priorização na educação militar. Quando as crianças apresentavam alguma deformidade em seu aspecto físico, “[...] essas crianças eram abandonadas nas montanhas [...]”. (Cardoso, 2004, p. 15).

Segundo Cardoso (2004), em Roma, as crianças que apresentassem alguma deformidade eram jogadas nos rios para morrerem afogadas. Na Idade Média, partindo dos princípios religiosos, as pessoas com deficiência eram vistas como castigadas por Deus ou até mesmo comparadas com a imagem do diabo, eram, portanto, pessoas que precisavam de santificação, sempre tratadas com inferioridade e excluídas do convívio em sociedade.

Nesse entendimento, Cardoso nos diz: “Ao longo da Idade Média, nos países europeus, os ditos deficientes eram associados à imagem do diabo e aos atos de feitiçaria, eram então perseguidos e mortos, pois faziam parte de uma mesma categoria: a dos excluídos”. (Cardoso,

2004, p. 16). Diante da perspectiva histórica, fica perceptível o quão perversa a sociedade era para com esse grupo e como essas pessoas tiveram suas vidas ameaçadas por muito tempo.

No período da Idade Média as pessoas com deficiência eram mortas, abandonadas, vistas como castigadas por Deus ou até mesmo demônios e consideradas pessoas em que sua deficiência era tida como uma doença contagiosa. Foi um longo período de perseguição e de vidas dizimadas, onde, mesmo com a mudança de visão do catolicismo sobre essas pessoas, elas continuavam em situações de exclusão, com tratamentos desumanos e abandonadas à mercê dos asilos e hospícios, sem nenhum direito a conviver em sociedade.

No período do Renascimento, a visão que se tem das pessoas com deficiência vai se transformando e surgem as primeiras concepções de que essas pessoas precisam e devem receber um atendimento da sociedade. Aqui já podemos observar que os princípios da educação inclusiva começam a apresentar seus indícios. Torna-se relevante destacar que, de acordo com Cardoso (2004), as primeiras ideias que se tinha era a de um atendimento mais de caráter assistencial do que educativo.

Podemos considerar que, com essas mudanças das ideologias religiosas e o advento da ciência e do reconhecimento da dignidade humana, existe uma ruptura com as crenças da Idade Média, contribuindo para as mudanças nos aspectos culturais, sociais e religiosos da sociedade.

No Brasil, com o avanço em torno dos estudos referentes às pessoas com deficiência, a Educação Especial vai se expandindo, fazendo com que a sociedade tivesse um novo olhar para as pessoas com deficiência e provocando ainda mais o surgimento das instituições voltadas para esse público. A partir de então a educação no país começa a movimentar-se por meio das legislações que surgiam dos movimentos sociais da época, reforçados pela necessidade que se tinha de uma reorganização no âmbito educacional. Para tanto, iremos abordar algumas legislações e documentos normativos relacionados a formação de professores, visto que, os docentes são os principais agentes envolvidos no processo de inclusão das pessoas com necessidades educativas específicas. Pois, para que aconteça inclusão, torna-se necessário ter formação.

Por essa razão, faz-se necessário refletirmos e analisarmos as legislações em torno da formação de professores, para compreendermos os seus impactos na educação e entendermos que a educação inclusiva no Brasil ganha espaço no decorrer do tempo com o surgimento das legislações. Sabendo que a formação dos professores da Educação Básica é uma área estratégica de intervenção, com o objetivo de alcançar transformações desejáveis no nosso país. (Oliveira; Leiro, 2019).

Principiando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), ela é uma legislação balizadora da educação no nosso país. No que se refere à formação de professores ela nos diz o seguinte em seu artigo 62º, parágrafo 1º “ A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.”(BRASIL, 1996).

No que diz respeito a formação continuada na perspectiva da educação especial, temos às Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, instituída pela Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2001. Em seu artigo 18º apresenta o seguinte, “Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (CNE/CEB, 2001).

Podemos citar outro documento importantíssimo para educação do nosso país, que é o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas que se pretender atingir na educação brasileira. É um plano decenal, de força constitucional e aprovado pela Lei nº 13.005/2014. No que se refere a formação continuada o PNE estabelece como sua meta 16 o seguinte:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (Brasil, 2014).

Outra legislação que podemos citar é a Lei Brasileira de Inclusão, que é a Lei 13 nº 13.146, de 06 de Julho de 2015. No que concerne a necessidade da formação de professores para que possa contribuir no processo de efetivação da inclusão, a referida lei nos fala em seu artigo 28º “X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;”. (BRASIL 2015).

A Lei Brasileira de Inclusão nos apresenta diversas disposições, ademais, é relevante ressaltar que à lei também compreende que os professores também fazem parte desse processo e por isso torna norma à sua formação tanto em nível inicial como continuada.

Um outro documento que também alinha-se com o discurso de formação continuada dos professores é a resolução CNE/CP nº 01 de 27 de outubro de 2020 que Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

Art. 4º A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho. (CNE/CP, 2020).

É um documento que levantou inúmeros debates após sua publicação. No entanto, um dos pontos positivos em relação a formação continuada é a ideia que se tem de que a formação continuada dos professores é importante para qualificação do trabalho profissional dos docentes.

A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O docente é considerado um agente de grande relevância no processo de ensino-aprendizagem do cidadão, no contexto escolar ele é visto como agente formador, assume uma responsabilidade grandiosa que é preparar os indivíduos para a participação na sociedade de maneira autônoma, crítica e reflexiva. Logo, entende-se que o professor deve ser um mediador e facilitador da aprendizagem do educando.

Percebe-se que existe uma demanda de responsabilidades acerca do professor, ainda mais na atualidade. Com as revoluções tecnológicas cada vez mais avançadas, faz com que a sociedade também evolua, e, isto, afeta todos os âmbitos da sociedade. As práticas pedagógicas de alguns anos atrás não supri mais às necessidades dos educandos da sociedade contemporânea. Por esse motivo, o papel do docente vai modificando-se e acarretando mais responsabilidades que exigem mais dinamismo.

Neste entendimento, vamos falar sobre qual o papel do professor nesse processo de inclusão. Como o movimento da inclusão nas escolas surgiu para provocar uma ressignificação na práxis docente. A inclusão escolar objetiva uma mudança de visão de escolas homogêneas para que possamos enxergar a heterogeneidade presente nas nossas escolas. E com isso, as práticas pedagógicas pensadas sobre o viés da homogeneidade, precisa ser repensada embasada na heterogeneidade dos educandos.

Sabe-se que o professor como mediador do ensino deve planejar sua prática pedagógica partindo da realidade dos seus alunos, considerando a diversidade presente na sala de aula, partindo de um currículo inclusivo, dinâmico e flexível. A formação docente é o que norteia o professor na fundamentação e organização da sua prática pedagógica, entretanto, durante a formação acadêmica temos mais acesso as teorias e pouco contato com a prática.

Enfatizando que a teoria é de suma importância para fundamentar a nossa identidade enquanto profissional e também das nossas práticas profissionais. Contudo, ao nos depararmos com uma sala de aula, perceber as suas singularidades e a sua organização enquanto instituição,

acaba sendo várias informações e responsabilidades, e com isso começa a surgir sentimento de insegurança.

O papel do professor começa a ser permeada de desafios diante da sua formação acadêmica, quando percebe-se que as universidades oferecem um aporte teórico, mas não oferecem experiências de práticas que auxiliem os professores a lidarem com os alunos que apresentam necessidades educativas específicas. (Silva; Arruda, 2014).

O docente é a peça fundamental na organização de atividades significativas e na estruturação de novas formas de trabalho pedagógico. (Mendonça; Silva, p. 517, 2015). Mas, se o professor não tem embasamento teórico para isso, a inclusão começa a ser apenas um processo de integração quando só é garantida a presença do aluno na sala de aula.

A inclusão é uma discussão ampla, pois quando falamos em inclusão associamos a ideia do seu antônimo que é a exclusão. Se existe a necessidade de incluir é porque alguém está excluído e quem são esses excluídos?! Pensamos a inclusão com um círculo de pessoas e existem pessoas que estão fora desse círculo. Ao pensarmos em inclusão logo associamos as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência e por esse motivo precisam serem incluídas devido a sua necessidade.

Entretanto, o documento da Declaração de Salamanca (1994) nos diz que as pessoas que possuem necessidades educacionais não são só aquelas com deficiência, mas todas as pessoas que apresentam dificuldades no acesso e permanência da escola, todos aqueles que vivem à margem da sociedade ou que apresentem motivos para estarem fora da escola.

E o professor como mediador desse processo precisa promover práticas inclusivas baseada em princípios de equidade e sem desigualdade visto que “quando se fala em inclusão não estamos falando só dos deficientes e sim da escola também, onde a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade”. (Silva; Arruda, 2014, p. 07).

Para tanto, o profissional precisa ter a consciência do inacabamento como nos diz Freire (1996), que somos seres inconclusos e que essa consciência nos leva a um permanente processo social de busca. É justamente isso que forma a prática docente do professor, à constante busca, por novos métodos, novos materiais, novas metodologias e novos meios de mediar e facilitar a aprendizagem do educando.

Sabendo que existe uma pluralidade dentro da sala de aula e cada educando apresenta suas peculiaridades e suas formas de aprender. Assim, como cada educando vai demonstrar facilidades em alguns componentes e em outros pode apresentar dificuldades, isto, vai de encontro a teoria das inteligências múltiplas de Gardner (1994).

Mesmo sabendo que “(...) os conhecimentos profissionais exigem sempre uma parcela de improvisação e de adaptação a situações novas e únicas que exigem do profissional reflexão e discernimento para que possa não só compreender o problema como também organizar e esclarecer os objetivos almejados e os meios a serem usados para atingi-los”. (Tardif, p. 248, 2014).

Existe uma necessidade uma formação docente na perspectiva da educação inclusiva, porque não podemos pensar em inclusão, sem antes pensarmos em formação docente. Pois, são os docentes que irão está em contato direto com os indivíduos, e essa lacuna na formação dos professores tem sido temas de muitos debates. Precisamos reconhecer que o conhecimento é o primeiro passo para à inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO - A IMPORTÂNCIA DE (RE)SIGNIFICAR À PRÁXIS DOCENTE

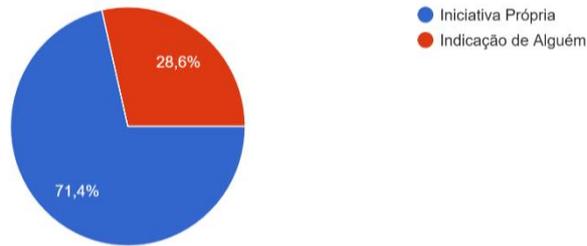
A nossa pesquisa de campo aconteceu por meio de um formulário online com as turmas das especializações das turmas de Educação Inclusiva com Ênfase em AEE e Psicopedagogia, da Universidade Integrada de Patos (UNIFIP), polo Guarabira/PB. O objetivo é compreender o que motiva a busca dos professores pela busca em especializações na perspectiva da inclusão e sua opinião a respeito da relevância em formação na perspectiva da Educação Inclusiva.

E é justamente nessa linha de pensamento que as professoras A e B responderam ao serem questionadas sobre o que as motivava em buscar as especializações na área da inclusão. Professora A “ A crescente demanda de alunos com deficiência no contexto escolar”. A professora B respondeu o seguinte “ A demanda crescente nos últimos anos de alunos com deficiência nas escolas, visto a necessidade de aprimoramento e formação continuada”.

Quando falamos em inclusão também pensamos em práticas pedagógicas que possam promover a inclusão. E foi nessa perspectiva que as professoras C e D responderam a mesma pergunta realizada as professoras A e B. Professora C “a possibilidade de ter mais conhecimento, estratégias para lhe dá com crianças com deficiência”. Professora D “ao entrar para área de trabalho tive dificuldade ao abordar os pacientes com deficiência e sabendo que iria enfrentar muitos desafios ao longo da jornada de trabalho. Procurar buscar melhorias, ferramentas, conhecimentos e instrumentos para melhorar o meu contato e atendimento”.

Interessante pontuar a consciência dessas professoras em reconhecer suas dificuldades e a iniciativa própria de buscar melhorias nas suas práticas. Compreendendo que “o professor é a peça fundamental na organização de atividades significativas e na estruturação de novas formas de trabalho pedagógico”. (Mendonça; Silva, 2015, p. 517).

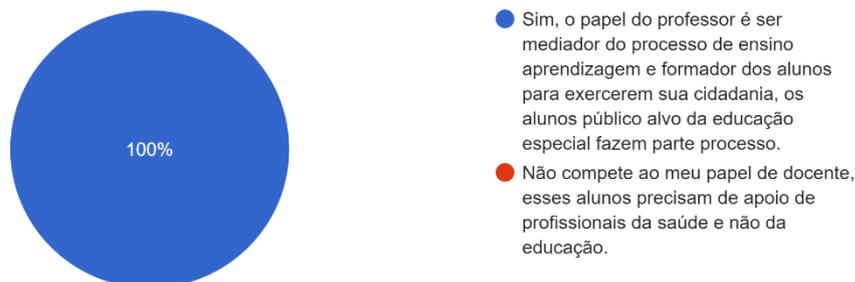
Outro ponto importante a ser pontuado é a questão que existe a necessidade da formação continuada na perspectiva da inclusão, e as leis nos apresenta que essas formações precisam ser em sistema de colaboração. Entretanto, torna-se possível perceber que as iniciativas por formação continuada nessa perspectiva parte de iniciativa própria em instituições privadas. Como é o caso dos nossos entrevistados, onde a maioria buscou a especialização por iniciativa própria, diante da necessidade dessa formação.



O movimento da inclusão tem conquistado seu espaço na sociedade e a escolas estão precisando adequar-se a esse movimento, por esse motivo, quando perguntamos se a formação continuada na área da educação inclusiva importante para a prática docente na atualidade. Tivemos 100% de concordância ao escolherem a alternativa “sim, existem informações teóricas e práticas que não vimos durante a graduação”.

Compreendemos que o papel do professor é preparar o aluno para exercer sua cidadania, de maneira autônoma, crítica e reflexiva. Mediante a educação inclusiva é papel do professor promover práticas de inclusão, práticas essas que possibilitam o pleno desenvolvimento do aluno. “No tocante ao professor, este deve experimentar novas/outras metodologias e refletir sobre elas, pois não existe a possibilidade de utilização de receitas prontas para com as crianças com deficiência”. (Brostolin; Souza, 2023, p. 58).

Dito isso, quando perguntamos aos participantes do estudo sobre se o professor é considerado peça fundamental no processo de inclusão e de formação dos alunos público alvo da educação especial. Realizamos o seguinte levantamento.



Partindo dessa perspectiva que o docente é uma peça fundamental no processo de desenvolvimento e de inclusão dos educandos, e que diante das constantes mudanças que a sociedade vivencia, realizamos o seguinte questionamento as professoras “qual a necessidade de uma formação docente no contexto da inclusão?”. Obtivemos respostas interessantes e que dialogam com a temática proposta no trabalho.

Professora G: De extrema importância, tendo em vista o número cada vez mais crescente de crianças com algum tipo de deficiência. Para isso, o profissional deve estar habilitado de modo que saiba lidar com os diferentes contextos educacionais, proporcionando sempre o melhor processo de ensino e aprendizagem para os alunos.

Professora H: Compreender que é possível sempre aprender mais e mais é um passo fundamental, não somos detentores do conhecimento e isso nos leva a perceber que os nossos alunos necessitam de um olhar especial, uma ressignificação do fazer docente, para assim viabilizar o processo de ensino/aprendizagem. As turmas não são homogêneas e cada aluno precisa ser visto a partir de sua individualidade, tornando o espaço escolar um ambiente inclusivo.

Professora I: Muito relevante tendo em vista que atualmente é quase impossível não nos depararmos com algum aluno matriculado na escola, na turma que não tenha nenhuma deficiência ou algum transtorno.

Foi solicitado as docentes que responderam ao questionário online que elencasse pontos favoráveis e desfavoráveis para o processo de inclusão nas escolas regulares. E os principais apontamentos diante da problemática foram os seguintes:

Pontos Favoráveis: Socialização, melhor desempenho em sala de aula, empatia, tolerância, respeito, formação continuada buscada por uma parcela dos docentes, abertura ao novo, leis e políticas públicas inclusivas e interação entre os alunos.

Pontos Desfavoráveis: Preconceito, desconhecimento, limitações dos docentes, falta de profissionais capacitados, falta de recurso para atividades adaptadas, falta de materiais lúdicos, atraso no diagnóstico e falta de acompanhamento clínico.

Diante do levantamento realizado tornou-se possível constatar que (re)significar à práxis docente tem se tornado urgente diante das novas demandas da educação. A clientela nas escolas tem mudado e os métodos de ensino precisam estar em constante aperfeiçoamento para possibilitar meios que o educando se desenvolva. A busca dos profissionais da educação por formações na área da educação inclusiva tem sido um ponto positivo, pois, interpreta-se que estes tem consciência da necessidade atribuir um novo significado a sua prática pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho apresentamos um breve resgate histórico mediante as lutas, estudos e conquistas que fazem parte desse paradigma educacional que é a educação inclusiva. Além disso, podemos enfatizar que houve um avanço educacional significativo, objetivando uma pedagogia centrada na criança, temática tão debatida em diversas legislações e documentos normativos. Diante do que foi exposto, podemos concluir que o acesso e a permanência dos

estudantes na escola são garantias previstas na legislação brasileira, sendo a educação um direito constitucional.

Considerando os aspectos apresentados e analisados, compreendemos que faz-se necessário entender a relevância da formação continuada dos docentes, para que possam ter embasamento na reinvenção da sua prática pedagógica, objetivando atender de maneira inclusiva o público heterogêneo presente nas escolas. Por essa razão, é tão importante que pesquisemos e nos aprofundemos acerca desta temática que é a formação de professores no contexto da inclusão, tendo em vista que essa é uma categoria em ascensão no que diz respeito a análise. Sabendo que a formação nesse contexto, subsidia teoricamente a ressignificação da nossa prática pedagógica.

Baseado no material recolhido, é possível afirmar que ele foi de extrema importância para a prática reflexiva como estudante e como pesquisadora. As respostas obtidas contribuíram para o nosso conhecimento, fazendo com que entendêssemos que a formação de professores no contexto da inclusão é um processo lento e que requer muita disposição para enfrentar as adversidades. Ademais, quando se trata da falta de recursos para oferecer formação continuada aos professores, por essa razão, a busca por formação continuada nas áreas da educação especial e inclusiva, em muitas situações parte das iniciativas próprias nas instituições privadas.

Vale salientar que o trabalho apresentado tem suas limitações diante do vasto material existente acerca da temática, não obstante, esperamos ter contribuído positivamente aos trabalhos acerca da formação de professores no contexto da inclusão em meio a importância de ressignificar a práxis docente. Sobretudo, ressaltamos que existe a necessidade em volta desta temática em meio as possibilidades de estudos que ainda se tem sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- BROSTOLIN, M. R.; SOUZA, T. M. F. **A docência na educação infantil: pontos e contrapontos de uma educação inclusiva.** Cad. Cedes, Campinas, v. 43, n. 119, p.52-62, Jan.-Abr., 2023
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 01 mar. 2023.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 01 mar. 2023.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 27 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 27 mar. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 10 jun. 2023

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 10 jun. 2023

CARDOSO, M. S. **Aspectos Históricos da Educação Especial:** da exclusão à inclusão – uma caminhada. In: STOBÄUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. Educação Especial: em direção à educação inclusiva. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, C. E.; PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GARDNER, H. **Estruturas da Mente** - A teoria das inteligências múltiplas. 1ª ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar** – O que é? Por quê? Como fazer? 2ª reimpressão. São Paulo: Summus, 2015.

MENDONÇA, F. L. R.; SILVA, D. N. H. **A formação docente no contexto da inclusão:** para uma nova metodologia. Cadernos de Pesquisa v.45 n.157 p.508-526 jul./set. 2015.

OLIVEIRA, H. L. M.; LEIRO, A. C. R. **Políticas de formação de professores no Brasil:** referenciais legais em foco. Pro-Posições | Campinas, SP | V. 30 | e20170086 | 2019.

SILVA, A. P. M.; ARRUDA, A. L. M. M. O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.